



FACULDADES DE TAQUARA

PROJETO DE AUTO-AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

TAQUARA, MARÇO DE 2005

FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRATIVAS DE TAQUARA
FACULDADES DE EDUCAÇÃO DE TAQUARA
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO DE TAQUARA
FACULDADE DE INFORMÁTICA DE TAQUARA
FACULDADE DE ENGENHARIA DE TAQUARA
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE DE TAQUARA
INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE TAQUARA

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

DIRETOR

Prof. Delmar Henrique Backes

VICE-DIRETORES

Prof^a Ana Cladis Brussius

Prof^a Marlene Soder Ressler

Prof. Roberto Tadeu Ramos Morais

Prof. Salomão Alberto Leizer

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

Berenice Gonçalves Hackmann – Representante da Sociedade Civil Organizada
(Academia Lítero-Cultural Taquarense)

Lásaro Anderson Grings – Discente

Paulo Fernandes – Representante da Sociedade Civil Organizada (Câmara da
Indústria, Comércio e Serviços do Vale do Paranhana -CICS-VP)

Sabrina de Farias Borba – Técnico-Administrativo

Sérgio Antonio Nikolay – Docente

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
1 CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO.....	6
2 OBJETIVOS	10
2.1 Objetivo Geral	10
2.2 Objetivos Específicos	10
3 JUSTIFICATIVA.....	11
4 REFERENCIAL TEÓRICO.....	13
5 METODOLOGIA	14
REFERÊNCIAS.....	22
ANEXOS	23

INTRODUÇÃO

Ao longo da história dos homens, a avaliação tem se constituído como elemento fundamental na busca da evolução contínua para o aprimoramento e a realização. Hoje, mais do que nunca, a avaliação se faz presente nos domínios de todas as instâncias sociais, especialmente na esfera educacional.

À medida que o mundo se transforma, que a sociedade sofre quase um atropelamento pelas inovações tecnológicas e científicas, torna-se necessário avaliar e reavaliar, num processo contínuo e constante, todas as atividades inerentes à sociedade de forma que esta estabeleça, da melhor maneira, uma interação com estas transformações.

Assim, torna-se cada vez mais importante o papel da avaliação, de forma que ultrapassa plenamente os âmbitos das aprendizagens, pois, segundo Dias Sobrinho, ela hoje “inscreve-se no terreno das reformas, inovações, currículos, programas e projetos e exerce um papel de real importância na configuração dos modelos das instituições, organizações e sistemas”. (DIAS SOBRINHO, 2003, p. 9)

Contudo, como uma faca de dois gumes, pode-se considerar que predominam, basicamente, duas concepções diferenciadas e contraditórias de avaliação: uma reguladora e controladora, que se preocupa mais em medir a

produtividade; outra, democrática e formativa, proposta por teóricos, que se preocupa com a construção e consolidação de uma educação superior mais pertinente e relevante socialmente.

A Comissão Própria de Avaliação da Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas de Taquara busca adotar uma postura avaliativa que mantenha um equilíbrio entre a mensuração de resultados, quantitativa e qualitativa, e a consciência da função social da Instituição, diante da missão assumida.

A Auto-avaliação, enquanto pressuposto de uma avaliação democrática, permite um olhar interno e crítico, envolvendo todos os sujeitos inseridos no contexto acadêmico.

1 CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Em 1970, teve início em Taquara a Educação Superior através da extensão do Curso de Economia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos com o apoio da Fundação Educacional Encosta Inferior do Nordeste - FEEIN, instituição criada em 1969 por iniciativa dos prefeitos dos municípios de Taquara, Igrejinha, Três Coroas, Rolante e São Francisco de Paula.

Em 1978, a Faculdade tornou-se autônoma, passando a chamar-se, através do Parecer CFE Nº 819/78, Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas de Taquara. O curso de Administração foi reconhecido pelo Decreto Nº 80649, de 1º de novembro de 1977 e o curso de Ciências Contábeis, na mesma data, pelo Decreto Nº 80650.

Com o passar dos anos, a Instituição de Ensino Superior, graças à seriedade e ao elevado nível do ensino oferecido, foi ampliando sua área de influência e teve sua atuação estendida a muitos outros municípios da região, muito além do que havia sido previsto inicialmente.

As primeiras Faculdades desenvolveram suas atividades docentes e administrativas nas dependências do Colégio Santa Teresinha, situado no centro da cidade de Taquara, de 1970 a 2000, porém, em função do crescimento, houve a necessidade de mais espaço físico. Assim, foi construído o Campus Universitário

para abrigar os então existentes e os futuros cursos em local amplo e aprazível, permanecendo na cidade de Taquara.

Com a atenção também voltada para a educação com foco na preservação ambiental e para o atendimento da infância, a Fundação disponibilizou às crianças carentes aulas para a cultura de plantas medicinais, criação de pequenos animais e cursos de horticultura e artesanato ministrados, desde 1994, pela Escola Ambiente, na Avenida Oscar Martins Rangel, com localização próxima do campus da FACCAT.

Em 1994, houve o reconhecimento pelo Conselho Federal de Educação do Curso de Pedagogia – habilitação do Magistério das Matérias Pedagógicas do Ensino Médio.

Além de ampliar sua abrangência, gradativamente a Instituição apresentou um crescimento com qualidade e com o intuito de atender às necessidades da região. Assim, a Portaria Nº 1.300, de 23/11/98, autorizou o funcionamento do curso de Comunicação Social, habilitação Publicidade e Propaganda, que teve início em março de 1999.

Em fevereiro de 2000, as Faculdades passaram a ocupar seu próprio Campus, situado em localização privilegiada, oferecendo maior estrutura para a oferta dos cursos. A partir daí, uma série de cursos foram solicitados e autorizados, aumentando o número de vagas, tendo presente a realidade regional. Na seqüência, o Curso de Pedagogia - Habilitação Administração Educacional e Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental foi autorizado pela Portaria Nº 1.523, de 27/09/00 e teve início em março de 2001. Ainda em 2001, foi autorizado o Curso de Sistemas de Informação, através da Portaria Nº 1.172, de 11/06/01, e o Curso de Comunicação Social habilitação Relações Públicas, através da Portaria Nº 1.409, de

04/07/01, que tiveram início em agosto do mesmo ano. No final de 2001, foram, ainda, autorizados os cursos de Engenharia de Produção (Portaria Nº 3.057, de 26/12/01), de Turismo (Portaria Nº 1.163, de 11/06/01), as habilitações Comércio Exterior e Marketing do curso de Administração (Portaria Nº 1.681, de 01/08/01) e as Licenciaturas em Letras (Portaria Nº 2.817, de 13/12/01), História (Portaria Nº 2.910, de 14/12/01) e Matemática (Portaria Nº 2.818, de 13/12/01), que iniciaram suas atividades no ano seguinte. O curso de Psicologia foi autorizado pela Portaria Nº 429, de 15/02/02; o curso Normal Superior, habilitação Educação Infantil, foi autorizado pela Portaria Nº 2.927, de 17/10/02, e tiveram início em agosto de 2002 e março de 2003, respectivamente.

Além do ensino formal de graduação, a Instituição disponibiliza para os acadêmicos, profissionais e comunidade em geral os Centros, que, nas mais diversas áreas do conhecimento e atividade humana, visam o atendimento às necessidades regionais mediante a realização de cursos de pós-graduação em nível de especialização e de qualificação e aperfeiçoamento profissional e a concretização de projetos artísticos e culturais, de formação da consciência ecológica, de democratização do domínio da informática, de apoio pedagógico à educação básica, de pesquisa da realidade e das necessidades nas áreas econômica, social e educacional da região e de assistência espiritual. Os Centros, células de irradiação com funções definidas, apresentam as seguintes denominações: Centro de Apoio à Educação Básica, Instituto de Tecnologia Ambiental, Centro de Tecnologia da Informação, Centro de Artes e Cultura, Centro Extensão Comunitária, Pólo de Inovação Tecnológica do Vale do Paranhana, Centro de Pastoral Acadêmica e Comunitária, Centro de Pesquisa Institucional e Instituto de Idiomas.

O procedimento de auto-avaliação da Instituição teve como partida, em 1995, o foco na graduação, nas suas inter-relações com o ensino de pós-graduação, a pesquisa, a extensão, o planejamento e a gestão. Esta utiliza os seguintes instrumentos: o aluno realiza uma auto-avaliação, avalia o curso, as disciplinas, a prática docente e a instituição; o docente realiza uma auto-avaliação e avalia a instituição; o egresso avalia o curso, as disciplinas e a instituição; o técnico-administrativo avalia a instituição e realiza a auto-avaliação. Os resultados da avaliação interna são compilados, consolidados e devem constituir ações que objetivem a correção das deficiências apontadas. Esses mecanismos da avaliação são realizados em diferentes períodos e são dados qualitativos e quantitativos, atendendo assim às metas estipuladas no Plano de Gestão.

Atualmente, as Faculdades de Taquara contam com 16 cursos de graduação. Além disso, oferecem cursos de Especialização MBA, com 6 ênfases: Gestão Empresarial, Marketing, Recursos Humanos, Cooperativismo, Gestão de Operações e Logística, Controladoria e Finanças; na área de Educação, estão em andamento os cursos de Especialização em Gestão Educacional e Psicopedagogia Institucional e Clínica. A Instituição possui em torno de 4.300 alunos e 160 professores. A IES incentiva a pesquisa através de convênios com o Governo do Estado e com a FAPERGS, como as que são desenvolvidas no Pólo de Inovação Tecnológica e pelos docentes do curso de Psicologia.

Hoje, Taquara constitui a cidade pólo da região por sua situação geográfica privilegiada, pela importância no desenvolvimento econômico, social, cultural e educacional e, principalmente, pelo papel desempenhado na formação e atualização de recursos humanos pelas Faculdades, que abrangem os municípios de Taquara, Parobé, Nova Hartz, Igrejinha, Três Coroas, Canela, Gramado, São Francisco de

Paula, Cambará do Sul, Jaquirana, Riozinho, Rolante, Gravataí e Santo Antônio da Patrulha.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Avaliar as Faculdades de Taquara, de forma integrada, participativa e contínua, envolvendo seus diferentes segmentos constitutivos, com olhar crítico e global, buscando uma reflexão e revisão de políticas, programas e projetos que favoreçam a melhoria da qualidade acadêmica e sua efetiva participação na comunidade em que está inserida.

2.2 Objetivos Específicos

- Conhecer e analisar a realidade das Faculdades de Taquara nas suas especificidades de acordo com sua missão;
- Promover e estimular a implementação de processos avaliativos em todas as instâncias da Instituição de forma a embasar o planejamento, a gestão, o aperfeiçoamento e articulação contínua dos programas e projetos acadêmicos na busca da melhoria da qualidade do ensino, pesquisa e da extensão;
- Viabilizar um olhar crítico interno e externo do universo envolvido visando a identificação de pontos fortes e fracos objetivando ações de reforço e corretivas;

- Otimizar os processos avaliativos correntes, sugerindo alterações para adequação às diretrizes propostas pela CONAES/INEP;
- Sistematizar e padronizar os processos avaliativos promovendo a articulação dos diferentes dados e informações coletadas;
- Proporcionar debates e discussões entre os atores envolvidos promovendo uma ampla reflexão sobre a eficiência e eficácia, e a relevância social e científica dos programas e projetos institucionais relacionados com as atividades fins da Instituição.

3 JUSTIFICATIVA

De acordo com as Diretrizes propostas pela CONAES – Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior, instituída pela Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, as características fundamentais da nova proposta para a avaliação são: a avaliação institucional como centro do processo avaliativo, a integração e diversos instrumentos com base em uma concepção global e o respeito à identidade e diversidade institucionais. Além disso, o SINAES tem como finalidade promover a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional, da sua efetividade acadêmica e social, especialmente do aprofundamento dos seus compromissos e responsabilidades sociais.

A realização desta proposta de Auto-Avaliação das Faculdades de Taquara inclui, obrigatoriamente, o redimensionamento da sistemática de avaliação que vinha sendo utilizada; desde a composição da comissão até o roteiro constituído das 10 dimensões constantes no art. 3º da Lei Nº 10.861/04. As 10 (dez) dimensões estão

subdivididas em três núcleos: o básico e comum; os temas optativos; e o núcleo de documentação, dados e indicadores. Neste sentido, a lógica que orienta o SINAES propõe a lógica das interações horizontais e verticais das atividades-fim e atividades-meio das IES, com a interação e participação de todos os atores envolvidos, através do enfoque nas atividades a serem avaliadas em sua especificidade e sua globalidade, tendo como referências o Plano de Desenvolvimento Institucional.

Em síntese, o processo de avaliação institucional deve ser uma ação contínua, em permanente construção e flexível. A Comissão Própria de Avaliação vem, através dessa proposta, projetar uma avaliação institucional que forneça uma visão global sob uma dupla perspectiva:

- O objeto de análise é o conjunto de dimensões, estruturas, relações, atividades, funções e finalidades da IES, centrado em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão segundo o perfil e missão institucional;
- Os sujeitos da avaliação são os conjuntos de professores, estudantes, técnico-administrativos e membros da comunidade externa especialmente convidados ou designados.

Diante desta realidade, constata-se que o processo avaliativo é vital para a instituição, servindo como ferramenta fundamental não somente para os tomadores de decisão, mas, também, para os *stakeholders*, ou todos os grupos interessados e envolvidos, direta ou indiretamente, no processo. Mais do que utilizar a avaliação para fins de regulação e controle estabelecidos pelo governo, a instituição visa promover o redimensionamento das ações na convergência das suas expectativas enquanto organização que prima pela qualidade, pela ética, pela democratização e pela integração acadêmica.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

A avaliação é um tema amplo e complexo, que vai muito além da classificação de pessoas e ações. É, antes, um processo de mediação nas relações humanas e institucionais. Segundo Dias Sobrinho (2000), mais do que analisar números, mensurar rendimentos e comparar produtos de indivíduos e grupos, a avaliação de uma organização acadêmica avalia idéias, projetos, estruturas, métodos, concepções de formação, compromissos sociais, articulações internas e externas, políticas, currículos, etc.

Para tornar possível a avaliação institucional nesta perspectiva global, faz-se necessário desenvolver um processo de conhecimento, leitura e interpretação da realidade vivenciada, reflexão sobre os juízos de valor a ela atribuídos, organização e determinação de conseqüentes ações e metas corretivas e de reforço. Vale salientar que esse processo deve ser coletivo, envolvendo, de forma participativa e democrática, todos os pares inseridos no contexto.

Assim, a avaliação interna se torna uma auto-avaliação, pois nela os avaliadores não somente são sujeitos da avaliação, mas também se tornam objetos da mesma, o que permite um olhar crítico na relação de interdependência entre toda a comunidade acadêmica e a sociedade no qual ela encontra-se inserida.

Segundo Dias Sobrinho (2000), um processo de auto-avaliação institucional, para ter sucesso, precisa ser global, integrador, participativo e negocial, operatório e estruturante, contextualizado, formativo, permanente, legítimo, voluntário e adaptado à realidade da instituição.

A metodologia a ser utilizada no processo avaliativo deve ser desenvolvida de forma consistente, participativa e coerente, com as devidas bases teóricas,

adequada à realidade da instituição, e com uma dinâmica que assegure a continuidade do processo. Deve-se ter em mente que a metodologia aplicada no processo não pode restringir-se ao enfoque estatístico-quantitativo, mas sim, deve conter também “sistemas qualitativos que proporcionem um paradigma de investigação que atenda ao contexto sócio-cultural da educação e proporcione aos dados quantitativos a qualidade do mundo real.” (IANNI; ORR, apud, DIAS SOBRINHO, 2002, p. 79)

A avaliação nestes parâmetros assume um caráter formativo, e instala-se como cultura. Dias Sobrinho (2002), sugere que a avaliação há que se apresentar “ [...] “ como ação organizada e programática que pense constantemente e de modo integrado” [...] “ e contribua para o cumprimento mais eficaz e com maior qualidade de suas funções e de seus compromissos fundamentais.” (DIAS SOBRINHO, 2002, p. 113)

Só a consciência coletiva dos sucessos e dos fracassos da instituição pode possibilitar a plena realização da sua missão. Franco destaca que “sem um processo de avaliação consistente a IES se perderá e não conseguirá planejar aquilo que é importante fazer”. (FRANCO, 2004, p.68)

5 METODOLOGIA

A metodologia empregada no processo avaliativo terá uma abordagem qualitativa/quantitativa, utilizando-se de instrumentos de coleta de dados que permitam a reflexão e análise, e que contemplem as 10 (dez) dimensões propostas pela CONAES, que são:

- A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
- A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação e extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo ao desenvolvimento do ensino, à produção acadêmica e das atividades de extensão;
- A responsabilidade social da Instituição;
- A comunicação com a sociedade;
- As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
- Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e a representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade acadêmica nos processos decisórios;
- Infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;
- Planejamento e avaliação, especialmente dos processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional;
- Políticas de atendimento aos estudantes;
- Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior;
- Outras dimensões.

Para a realização da Avaliação, serão desenvolvidas 3 (três) etapas que envolverão todos os segmentos constitutivos da Instituição: Sensibilização, Preparação e Divulgação; Auto-avaliação e Consolidação (Relatório Final), que apresentaremos a seguir (Anexo A).

PRIMEIRA ETAPA → Sensibilização, preparação e divulgação.

- Constituição da Comissão da Comissão Própria de Avaliação – CPA, através do Ato Nº 06, de 03 de maio de 2004, do Diretor das Faculdades;
- Capacitação da Comissão Própria de Avaliação – CPA;
- Grupo de estudo enfocando as diretrizes e o Roteiro de Avaliação Institucional, encaminhado à IES pela CONAES – Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior;
- Elaboração do Regimento da CPA e encaminhamento ao Colegiado;
- Levantamento e análise prévia do instrumental de pesquisa que já vinha sendo utilizado pela IES dentro das ações de avaliação já existentes;
- Planejamento das ações para o desenvolvimento do projeto.
- Apresentação do SINAES e as ações da CPA, mediante reuniões, às diversas instâncias:
 - Diretoria da FEEIN, mantenedora das Faculdades;
 - Direção e Vice-Direções das Faculdades;
 - Colegiado das Faculdades;

- Coordenadores de Curso de Graduação, Pós-Graduação e Extensão;
 - Corpo docente;
 - Corpo discente;
 - Quadro funcional técnico-administrativo e operacional; e
 - Segmentos comunitários.
-
- Elaboração da Proposta de Auto-Avaliação Institucional;
 - Encaminhamento do Projeto de Auto-Avaliação à CONAES, dentro do prazo estabelecido (31 de março de 2005);
 - Divulgação, através:
 - do *site* da FACCAT, www.faccat.br/cpa;
 - de volante impresso.
 - Levantamento do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI e levantamento das ações institucionais internas e externas;

ETAPAS	2004			2005												2006		
	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M
Capacitação da CPA																		
Grupos de estudo, análise e reflexão																		
Elaboração do Regimento																		
Levantamento e análise do processo de avaliação já consolidado																		
Planejamento das ações para o desenvolvimento do projeto																		
Sensibilização de todos os segmentos envolvidos																		
Construção da Proposta de Auto-Avaliação Institucional																		
Constituição de Subcomissões e Grupos de Trabalho para Avaliação (GTAs)																		
Apresentação da Proposta																		
Consolidação da Proposta e Encaminhamento a CONAES																		
Divulgação da Proposta de Auto-Avaliação																		
Levantamento de dados e documentos da IES junto aos GTAs																		
Aplicação de instrumental de pesquisa quantitativa e qualitativa pelos GTAs																		
Análise e interpretação dos dados coletados																		
Elaboração de Relatórios Parciais																		
Divulgação e discussão dos resultados																		
Elaboração do Relatório Final de Auto-Avaliação																		
Apresentação, discussão e aprovação do Relatório Final																		
Encaminhamento do Relatório Final																		
Divulgação do Relatório Final																		

Figura 1 – Cronograma da Auto-Avaliação

SEGUNDA ETAPA → Auto-avaliação Institucional

Desenvolvimento do processo avaliativo, abrangendo todas as dimensões e envolvendo todos os sujeitos da avaliação.

Participantes:

- Diretoria da FEEIN, mantenedora das Faculdades;
- Direção e Vice-Direções das Faculdades;
- Colegiados das Faculdades;
- Coordenadores de Curso de Graduação, Pós-Graduação e Extensão;
- Corpo docente;
- Corpo discente;
- Quadro funcional técnico-administrativo e operacional; e
- Segmentos comunitários.

A CPA coordenará e sistematizará o processo de avaliação fornecendo subsídios e orientações para as ações dos Grupos de Trabalho para Avaliação – GTAs. Estes, por sua vez, serão responsáveis pela operacionalização da avaliação, de acordo com o seguinte cronograma de aplicabilidade de instrumental qualitativo/quantitativo:

ETAPAS	2005										
	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	
Avaliação qualitativa do Curso											
Clima organizacional											
Professores avaliam o ensino-aprendizagem do curso											
Professores avaliam o apoio administrativo do curso											
Alunos avaliam a instituição											
Avaliação dos professores pelos discentes e auto-avaliação dos discentes											
Avaliação do curso pelos discentes											
Avaliação do processo ensino-aprendizagem do aluno iniciante no curso											
Pós-graduação (módulos)											
A formação curricular e ética dos egressos											
Atividades de extensão											
A imagem da IES nas empresas da Região											
A imagem da IES no meio educacional regional											

Figura 2 – Cronograma de Aplicabilidade dos Instrumentos quantitativos e qualitativos

TERCEIRA ETAPA → Consolidação e considerações finais.

Estrutura do relatório de consolidação:

- Dados da instituição;
- Descrição do processo de auto-avaliação, sua metodologia, procedimentos, universo dos participantes e análise dos dados;
- Proposições e medidas para correções de ações.

Divulgação dos resultados através:

- de volante impresso;
- seminário envolvendo:
 - Diretoria da FEEIN, mantenedora das Faculdades;
 - Direção e Vice-Direções das Faculdades;

- Colegiados das Faculdades;
- Coordenadores de Curso de Graduação, Pós-Graduação e Extensão;
- Corpo docente;
- Corpo discente;
- Quadro funcional técnico-administrativo e operacional;
- Diretório Acadêmico e
- Segmentos comunitários.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – SINAES e dá outras providências. Brasília: D.O.U. Seção 1, p.3, de 15 de abril de 2004.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes para a Auto-Avaliação das Instituições**. CONAES. Brasília: 2004.

_____. Ministério da Educação. **Orientações Gerais para o roteiro de Auto-Avaliação Institucional**. CONAES/INEP. Brasília: 2004

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação da Educação Superior**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **Universidade e Avaliação entre a ética e o mercado**. Florianópolis: Insular, 2002.

_____. **Avaliação: construindo o campo e a crítica**. Florianópolis: Insular, 2002.

_____. **Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior**. São Paulo: Cortez, 2003.

FRANCO, Edson. **Em busca da identidade no ensino superior particular: uma experiência pessoal**. Brasília: ABMES, 2004.

ANEXOS

ANEXO A - ETAPAS DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

1 - PREPARAÇÃO				2 - DESENVOLVIMENTO	3 - CONSOLIDAÇÃO			
Constituição da CPA	Sensibilização Inicial	Diagnóstico	Planejamento	Auto-Avaliação	Relatório	Divulgação	Balço Crítico	
							Reavaliação Interna	Ações práticas corretivas
OBJETIVO Criar uma Comissão Própria de Avaliação, atendendo o disposto no art. 11 da Lei Nº 10.861/04	OBJETIVO Sensibilizar a comunidade acadêmica para o processo de auto-avaliação	OBJETIVO Levantar dados sobre a situação atual e analisar o processo avaliativo que vem sendo desenvolvido na IES	OBJETIVO Elaborar uma Proposta de Auto-Avaliação	OBJETIVO Avaliar as atividades de ensino, pesquisa, extensão e pós-graduação, infraestrutura e gestão administrativa e financeira	OBJETIVO Elaborar o relatório final da auto-avaliação	OBJETIVO Disponibilizar o Relatório Final à toda comunidade acadêmica e tornar público os resultados à comunidade em geral	OBJETIVO Discutir e refletir internamente sobre os resultados da avaliação. Propor medidas para melhoria da qualidade nas 10 dimensões avaliadas	OBJETIVO Avaliar as propostas de correção. Sugerir ações corretivas, reformulações e transformações, viáveis, a serem colocadas em prática.
RESPONSÁVEL Diretor das IES	RESPONSÁVEL CPA	RESPONSÁVEL CPA e GTAs	RESPONSÁVEL CPA e GTAs	RESPONSÁVEL CPA, GTAs	RESPONSÁVEL CPA	RESPONSÁVEL CPA	RESPONSÁVEL CPA e GTAs	RESPONSÁVEL CPA e GTAs
AÇÕES Ato Nº 06/2004	AÇÕES Divulgação, reuniões, palestras e seminários; Constituição de Grupos de Trabalho para Avaliação (GTAs)	AÇÕES Coletas de dados, de documentos da IES, levantamento do instrumental utilizado para avaliação	AÇÕES Definição de objetivos, estratégias, metodologia, recursos e cronograma das ações avaliativas;	AÇÕES Levantamento de dados; aplicação de instrumentos de avaliação; Análise dos dados e informações; Relatórios Parciais;	AÇÕES Elaboração do Relatório, tendo como base a auto-avaliação da IES, os documentos da instituição e os demais processos e elementos avaliativos do MEC/INEP	AÇÕES Divulgação do Relatório Final através de reuniões, seminários, através do site da IES e Boletim Informativo	AÇÕES Reuniões com os GTAs. Sistematização das idéias e sugestões oriundas das discussões.	AÇÕES Elaborar documento propondo as medidas/ações corretivas visando a melhoria do desempenho da IES
DESTINATÁRIOS Comunidade Acadêmica, CONAES/INEP	DESTINATÁRIOS Direção Coordenadores, Professores, Técnico-Administrativos e Acadêmicos	DESTINATÁRIOS Direção Coordenadores, Professores, Técnico-Administrativos e Acadêmicos	DESTINATÁRIOS CPA e GTAs; Colegiado e Direção da IES; Comunidade Acadêmica CONAES/INEP	DESTINATÁRIOS CPA e CONAES/INEP	DESTINATÁRIOS CONAES/INEP Comunidade Acadêmica Avaliadores Externos	DESTINATÁRIOS Comunidade acadêmica, interna e externa.	DESTINATÁRIOS Direção Coordenadores, Professores, Técnico-Administrativos e Acadêmicos	DESTINATÁRIOS Colegiado, Direção, Vice-Direções, Coordenações de Curso

